



Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade

Versão on-line ISSN2319-2856

Volume 12, número 6. Curitiba – PR. jan/jun - 2017

A crise ambiental e seus aportes: da necessidade de sustentabilidade e do desenvolvimento consciente

Júlia Monfardini Menuci

Advogada, Mestranda em Direitos Humanos –
UNIJUÍ, Pós-graduanda em Processo Civil –
FAVENI.
juliamenuci@hotmail.com

Luis Gustavo Gomes Flores

Pós-Doutor, Doutor e Mestre pelo Programa
de Pós-Graduação em Direito da Universidade
do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS –
Professor do Programa de Pós-Graduação em
Direito da Universidade Regional do Noroeste
do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUÍ –
Mestrado em Direito na Universidade Regional
do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul –
UNIJUÍ – Mestrado em Direitos Humanos. E-
mail: lui.flores@unijui.edu.com.br

Recebido em: 05/10/2016

Aprovado em: 05/07/2017

RESUMO

As discussões sobre o tema da crise ambiental vêm ganhando força a partir da situação de insustentabilidade em que a humanidade se encontra. A economia age de forma a degradar constantemente o meio ambiente e sem ponderar que tais recursos são finitos. Em virtude da evolução humana, e com ela a evolução dos métodos de barganha e as demandas sociais, as governanças e as empresas privadas criam formas diversificadas de retirar do meio ambiente seus recursos finitos, acumulando cada vez mais capital, em prol do desenvolvimento econômico máximo, o meio ambiente sofre as consequências da não manutenção de seus alicerces. O trabalho em questão aborda a temática da sustentabilidade de forma a ser implementada nas sociedades globais em um paralelo com o desenvolvimento econômico. Abarcando elementos como a conscientização da necessidade do meio ambiente, esse trabalho aborda a temática da existência de necessidade de implementação de métodos sustentáveis para a manutenção da vida na terra, demonstrando que a economia e o liberalismo são os grandes responsáveis pela morte do meio ambiente. Por fim, visa alertar que o consumismo exacerbado e o desenvolvimento máximo irão levar à destruição da humanidade.

Palavras-chave: Crise Ambiental. Economia. Meio Ambiente. Sustentabilidade.

The environmental crisis and its contributions: the need for sustainability and sustaining development

ABSTRACT

The discussions about environmental crisis have become relevant lately due to the current human unsustainable situation. The economy tends to constantly degrade nature without considering that such resources are finite. Because of human evolution, as well as the evolution of bargaining methods and social demands, governances and private corporations create several ways of exploiting environment resources. They accumulate more and more capital for maximum economic development, therefore damaging the environment for not maintaining its foundations. The following paper addresses the issue of sustainability in order to be implemented in global societies compared to the economic development. It addresses the need to implement sustainable methods for the maintenance of life on earth, demonstrating that economics and liberalism are the greater responsible for the death of the environment. Finally, it aims to warn that extreme consumerism and maximum development will lead to the destruction of humanity.

Keywords: Environmental Crisis. Economy. Environment. Sustainability.

INTRODUÇÃO

Por séculos o meio ambiente vem sendo utilizado como motor da máquina da economia, a crise ambiental não é uma temática nova, porém, pegou de surpresa muitas comunidades e governanças. O tema da sustentabilidade ganhou notória visão após muitos estudos demonstrarem os números alarmantes da destruição do meio ambiente. Saindo do âmbito da suposição e passando para a realidade, a devastação ambiental modifica diariamente a vida das pessoas. Na busca desenfreada pelo desenvolvimento Estatal e pelo enriquecimento das grandes potências, o meio ambiente detém um papel importante, que é o de provedor de recursos para que isso aconteça, em um ato secundário, ele também possui o papel de provedor da vida no planeta, mas nessa segunda configuração não há lucro, logo, é esquecida.

Nunca antes se ouviu tanto falar sobre a sustentabilidade do meio ambiente, mais do que conhecida, a palavra sustentabilidade deve ser colocada em prática. Sua definição é tida como favorecer e conservar o meio ambiente natural em que a terra se encontra, porém, esse meio antes rico em fauna e flora, hoje em dia encontra-se desmantelado,

tendo sido por longos períodos destruído para que indivíduos pudessem crescer monetariamente, explorando o bem maior da humanidade.

Em nível mundial, a palavra sustentabilidade ficou conhecida a partir da realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano na cidade de Estocolmo em 1972, a partir daí, inúmeros estudos¹ foram realizados a fim de tratar sobre o meio ambiente e buscar saídas de como protegê-lo. Somente após os resultados da devastação saírem do papel e aparecerem na vida real é que a ideia de sustentabilidade passou a ser buscada. Em uma análise do livro *Discursos Sustentáveis* de Enrique Leff (2013), entre outras obras que tratam do tema, é imprescindível refletir conceitos de ordem econômica que influenciam a vida humana e como é possível mudar a forma como vivemos nos próximos anos.

Buscando sempre o desenvolvimento, o mercado funciona de forma que precisa retirar do meio ambiente todos os recursos que podem beneficiá-lo. O nível da qualidade de vida da população decaiu e as condições para uma vida digna estão sendo devastadas em favor da evolução do mercado econômico, para isso, a única saída é modificar a economia atual, mudar o paradigma de como encaramos o desenvolvimento e buscar a conscientização ambiental, de forma que se consiga salvar o que resta da natureza e reparar parte do que foi perdido. A partir da análise da obra de Enrique Leff (2013), a metodologia de pesquisa bibliográfica traduz os prolegômenos da sustentabilidade e sua relação com a economia.

É preciso ter ciência de que tudo que acontece no mundo, em todos os países, vai afetar cada nação de alguma forma, ou seja, a forma como tratamos do meio ambiente vai refletir de algum modo em todas as localidades. Apesar das diferenças de Estados, é necessário ter em mente que o problema ambiental é um perigo planetário. A poluição, os alimentos geneticamente modificados ou com uso de agrotóxicos, o consumo desenfreado, entre outros elementos que ocasionam a crise são refletidos em todos os locais do globo. O esquecimento sobre a crise ambiental não quer dizer que ela não exista, por muito tempo a sociedade atual vêm tapando o sol com a peneira, mas em algum momento tais efeitos negativos irão atingir a todos.

¹ GRANZIERA; Maria Luiza Machado; REI, Fernando (Org.). **Direito Ambiental Internacional: Avanços e Retrocessos: 40 anos de Conferências das Nações Unidas**. São Paulo: Atlas. 2015. p. 37
Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade | vol. 12, n.6 | jan/jun - 2017

Mais do que isso, o desenvolvimento que sobrevive retirando recursos da natureza vai findar-se, pois os recursos são finitos, ainda, a humanidade terá sérios problemas de vivência, isso se o mundo resistir aos anos de destruição que não podem ser recuperados. Para isso, o presente artigo busca explicar e debater métodos de como mudar o meio de vida insustentável atual e lecionar para as gerações atuais e futuras sobre como tornar a vida sustentável.

SUSTENTABILIDADE: A DIFICULDADE DE SER EFETIVADA.

A crise ambiental é uma mazela que atinge à todas as nações, agravada nos últimos quarenta anos em virtude da degradação ambiental, é pautada pelo crescimento econômico e pelo surgimento da Modernidade. Desde a Revolução Industrial o sujeito social vem corrompendo o meio ambiente a partir de práticas capitalistas e liberais que asseguram às empresas a dilapidação do patrimônio ambiental global. O alerta ambiental já foi dado e está em foco, sendo estudado a partir das preocupações de Organizações Não Governamentais (ONG's), mas também, da própria governança e das instituições privadas (CORTEZ, 2007).

Esse alerta se originou devido à escassez de recursos que, antes abundantes, agora travam o desenvolvimento global tendo em vista as práticas degradantes. Na tentativa de mensurar as dificuldades que a economia irá encontrar com a escassez de riquezas e diversidades ambientais e, como o mercado vai reagir quando tais recursos se findarem, as preocupações com o meio ambiente só aumentam, mas, as atitudes para modificar a realidade vivida são poucas. É preciso enfrentar o tema da insustentabilidade com ideias que construam soluções para o futuro e que realmente modifiquem a situação atual (MOTA, 2001).

A crise é resultante de inúmeras ações que vêm sendo desempenhadas de forma regular e habitual. Desde a Revolução Industrial o meio ambiente sofre com as alterações danosas e irreversíveis, praticadas pelos indivíduos em detrimento da conquista de dinheiro e patrimônio. A evolução da sociedade custou caro à natureza, seria possível acompanhar o progresso se a conscientização de cuidar do meio ambiente existisse na

mesma proporção que a preocupação de crescimento econômico e desenvolvimento das nações?

No que tange a crise ambiental, ela não está concretizada somente no plano da fauna e flora, essa crise passa também por valores morais e éticos que foram abandonados em prol do pensamento econômico evolutivo. Com o avanço do mercado e da própria economia, o meio ambiente mudou seu papel de provedor da vida humana para provedor de investimentos e de bens e serviços, esse ambiente passou a servir o homem, e não mais o contrário. A mudança da natureza encontra-se em nível global, o liberalismo e o neoliberalismo trouxeram a globalização para cada vez mais perto dos locais em que se encontram as florestas e os rios, a causa disso é que o meio ambiente desempenha fator imprescindível para que o mercado evolua, resultando em sua constante destruição (CORTEZ, 2007).

As mudanças climáticas são a constatação de que os males ambientais existem. Há pouco tempo os indivíduos passaram a ter ciência de que para a manutenção da vida na terra continuar sem percalços é preciso cuidar do ecossistema, havendo isonomia entre economia, desenvolvimento, e meio ambiente. A partir da preocupação internacional com a natureza, foram necessários encontros e debates das autoridades estatais que influenciam de fato nesse cenário, o primeiro encontro foi a Conferência Sobre Mudanças Climáticas em Estocolmo, no ano de 1972, a datar disso, outras conferências surgiram, como, por exemplo, a Rio 92, a Kyoto 1997, a Rio+10 em 2002 e, recentemente, a Rio+20 em 2012 (GRANZIERA, 2015).

Nessas conferências, além do debate sobre a sustentabilidade, foi ressaltado um fator importante que estava sendo deixado de lado por toda a população mundial, os recursos naturais são limitados, sendo assim, é preciso buscar outros meios do ser humano evoluir, garantindo a continuidade das gerações futuras e a existência do próprio meio ambiente. O debate deve ser feito não apenas pelos líderes mundiais, mas pela população como um todo. Por um lado, todos dependem do meio ambiente para sobreviver, por outro, todos destroem ou modificam a natureza. Deve-se agir para que os aportes que se apresentam aqui sejam modificados. A sociedade possui o poder de escolha. As demandas sociais regulam o que vai ser consumido, o que vai ser utilizado como marketing, ou o que

vai ser deixado de consumir. O mercado conhece esse poder de opção e passou a se reinventar (CMMAD, 1991).

O autor Enrique Leff (2013) explana que o ser humano possui uma consciência racional econômica, ou seja, o sujeito já nasce sendo doutrinado à cultura do consumismo e da evolução a partir da economia, utilizando-se do meio ambiente para alcançar tais metas. Essa racionalização econômica é o que impede que o ser humano cuide do meio ambiente. A partir do pensamento econômico o único desejo do indivíduo na sociedade é evoluir por meio do consumo, sem refletir que esse método capitalista que absorve o meio ambiente utiliza-se de recursos limitados que estão disponíveis na natureza.

Para que esse cenário se modifique é preciso criar a racionalidade ambiental onde o ser humano seria capaz de cuidar do meio em que vive, ainda que continue ocorrendo o desenvolvimento, porém de forma harmoniosa com o meio ambiente. A racionalidade ambiental seria a solução perfeita para que as próximas gerações desempenhem uma boa relação com a natureza, mas antes disso, é imperioso reverter boa parte da destruição que já foi realizada (CORTEZ, 2007).

Uma vez que a natureza provém recursos para o desenvolvimento econômico, ela é esgotada até que o desenvolvimento atinja seu nível máximo. A questão que cerceia a crise ambiental se pauta na ganância da espécie humana, o desenvolvimento nunca é alcançado porque ele não possui topo, ou nível máximo. O fato de ser sempre possível evoluir mais, acarreta sérios problemas para o meio ambiente, justamente pela falta de conscientização. Nesse viés, segundo Milaré (2014, p. 27) a crise ambiental “parece ser consequência da verdadeira guerra que se trava em torno da apropriação dos recursos naturais limitados para a satisfação de necessidades ilimitadas”.

A partir de alguns estudos realizados na área, foi necessário demonstrar a evidência e os malefícios dos resultados e prognósticos das mudanças climáticas para começar a tomar consciência do fato de que a crise ambiental não tem origem na história ecológica do planeta, e sim, é causada pela intervenção humana sobre a natureza. A crise ambiental não se originou por parte do meio ambiente carente, mas da humanidade que retira a própria vida como consequência do modo de vida liberal. A transitoriedade é um elemento fundamental para a vida sustentável, não basta somente incorporar normas da administração pública para proteger o meio ambiente, deve-se organizar comissões para

vistoriar cada setor do governo e elaborar programas que implementem práticas ecológicas para com o meio ambiente (MOTA, 2001).

O WorldWatch Institute², órgão que visa a disseminação de práticas sustentáveis ao redor do mundo, relata que atualmente a população está mais propícia para ser atingida por desastres naturais. Em número, o aumento das chances de desastres naturais disseminarem povos foi em média de 147 milhões na década de 1980, para 211 milhões na década de 1990, assim, estima-se que com a devastação da natureza, degelo das calotas polares, e com o aumento do nível dos mares, os desastres naturais aumentarão, dizimando vidas humanas e animais. É dessa maneira que se pretende alertar as pessoas e os Estados, a partir de números. “Somente quando a humanidade perceber que o planeta está mudando e que a vida na Terra não será mais tão agradável quando essas condições mudarem, é que poderá haver alguma forma de conscientização ambiental” (MILARÉ, 2014, p. 35), e assim, a mudança necessária na sociedade do consumo é iniciada de forma errônea, utilizando-se do medo para que as mudanças sejam implementadas, visando a recuperação ambiental.

Os territórios com maior vulnerabilidade nos próximos 40 ou 50 anos são as zonas intertropicais, locais onde se encontram os países subdesenvolvidos, isso porque o desenvolvimento, desencadeador do aquecimento global, é gerenciador de todos os processos de degradação ambiental contemporâneos. A poluição atmosférica, a concentração urbana de pessoas e lixo, e o desmatamento da florestas são conduzidos pela racionalidade econômica. Essa racionalidade retira toda a vida que encontra pela frente para transformar em capital monetário. Sendo assim, a partir das chocantes mudanças climáticas os indivíduos não poderão continuar capitalizando todos as riquezas que a natureza oferece sem que se criem novas estratégias de manutenção dessa tendo em vista a escassez eminente de recursos e da própria vida. Assim sendo, o desenvolvimento sustentável é uma saída para a morte global (ANGELO, 2008).

A partir do cenário exposto, é fácil perceber que a situação mundial deve ser vista com cuidado, se o crescimento do mercado e o desenvolvimento dos países custou a preservação ambiental, não se pode sacrificar, novamente, um para obter outro. Não existe modelo global único e uniforme, por isso o que pode calhar para um Estado pode

² WorldWatch Institute, <http://www.worldwatch.org/> (acesso 27/08/2016).
Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade | vol. 12, n.6 | jan/jun - 2017

não dar certo para outro, aí está à necessidade do debate. A urgência de novas práticas de barganha, de desenvolvimento verde é imperiosa. A generalização de práticas também pode resultar em uma falha, visto que os Estados são distintos e que as necessidades também se diferem. Um dos principais impedimentos para colocar em prática a vida sustentável é a concepção e o *modus operandi* de grandes empresas e investidores. São esses elementos que visam somente à acumulação de riquezas que impedem que a sustentabilidade seja efetiva. O mercado liberal deverá se adaptar a novas práticas para a efetivação do cuidado da natureza, caso contrário, em poucos anos esse mesmo mercado será destruído pela falta de matéria para retirar sua riqueza (CORTEZ, 2007).

Segundo Layrargues (1997), o desenvolvimento sustentável não visa à diminuição do consumo como o ecodesenvolvimento. Nessa senda, é preciso refletir em que estágio de consciência a população e as lideranças se encontram uma vez que pode ser considerado um avanço partir de uma consciência ambiental nula para o estágio de meio ambiente sustentável, ainda que sem reduzir parte do consumo. Afinal, é óbvio que o consumo jamais será encerrado até porque os indivíduos já nascem sendo incentivados a isso. Porém, é preciso uma longa caminhada de evolução para que seja possível alcançar o ecodesenvolvimento em nível mundial, tal temática aborda a consciência plena do ser humano sendo que a sociedade alcançaria um estágio máximo de desenvolvimento sem interferir diretamente na natureza.

É importante ressaltar que os preceitos que são impostos na sociedade evolutiva-capitalista acabam por determinar a própria qualidade de vida da população, visto que a partir da poluição do ar, da água, do desmatamento, do uso de agrotóxicos, entre tantas outras práticas danosas, a qualidade de vida da população despenca, trazendo consigo doenças e problemas crônicos em prol do desenvolvimento. Outrossim, com a ganância que paira sobre a sociedade contemporânea, buscando o crescimento ininterrupto e a utilização de métodos que possibilitem tais circunstâncias, a qualidade de vida decai, a saúde dos indivíduos piora devido aos problemas patológicos que os perseguem durante toda a vida ou ainda surgirão em consequência do uso de agentes químicos para modificar a vida na terra, o que atinge o ser humano ainda no útero materno (MOTA, 2001).

Para Brown (2013) deve-se perceber que os recursos naturais são finitos, acontece que o consumo não teria tanto impacto se o mercado achasse outros recursos para

substituir o meio ambiente degradado. Ou seja, é necessário que haja investimentos alternativos para equilibrar o consumo e para salvar a natureza. Sabe-se que o mercado busca o desenvolvimento, assim sendo, para que se consiga mudar essa situação de insustentabilidade é necessário que se busquem outras formas de um país se desenvolver, sem danificar o meio ambiente, dado ao fato de que a dependência a um bem finito não pode comandar a vida na Terra.

A criação dos governos neoliberais acelerou a insustentabilidade, sua doutrina consiste basicamente em tornar primordial a economia das nações, fazendo com que a busca pelo crescimento econômico seja o maior objetivo das governanças. A intervenção estatal no que tange essas questões torna-se ínfima, proporcionando que empresas utilizem da natureza de forma equivocada, e a privatização de empresas estatais deve ocorrer para que haja mais crescimento econômico. A inserção desses governos ajudou na globalização da América Latina, porém, não ocorreu maior equilíbrio ecológico e equidade social, e sim, maior lucratividade de grandes empresas e desenvolvimento econômico das elites, ressaltando as distinções entre as classes e estigmatizando o sujeito que não possui riquezas e se submete à jornadas de trabalho desumanas em prol do desenvolvimento. Novamente o tema do meio ambiente se torna secundário em detrimento do acúmulo de dinheiro (VEIGA, 2014).

Ao contrário do que se esperava, os governos neoliberais ampliaram a pobreza e as desigualdades sociais, aumentando a degradação ambiental e piorando a vida dos grupos marginalizados socialmente. O que acontece é que não é fácil desapegar-se da ideia de crescimento, essa concepção foi criada há muito tempo e está intrínseca nas vidas humanas. O dogma do acúmulo de riquezas remete a ideia de que para que haja prosperidade é preciso continuar a crescer, alimentando-se da natureza visto que ela é a provedora de tudo que pode ser utilizado para o crescimento. Sem possuir o domínio da racionalidade a curto prazo, investe-se esperando o retorno econômico ignorando as consequências a longo prazo (VEIGA, 2014).

Enrique Leff (2013) diz que a sustentabilidade é passível de ser encontrada a partir do limite de crescimento, esse limite é determinado pela lei da entropia, onde todo processo produtivo se alimenta de matéria e energia, gerando bens de consumo a partir da energia degradada. Esse processo é irreversível e esse é o limite da acumulação do

capital e do crescimento econômico, porém, enquanto a economia visar somente a produção de bens de consumo, não há como escapar da lei da entropia. A neguentropia é a solução que o autor revela para a entropia. Ela é baseada na restauração da ordem em um sistema que se encontra em desordem, ou seja, achar o ponto de equilíbrio entre economia e natureza. Ocorre que é temerário que a humanidade já tenha ultrapassado há milênios esse limite, e que não haja volta de onde estamos, sendo impossível a restauração de um meio ambiente minimamente saudável e que inclua os territórios nacionais.

A partir do decrescimento é que se pode começar a refletir em novos paradigmas de convivência ambiental e humana, de como a humanidade deve habitar no mundo, modificando o método sempre utilizado de desenvolvimento. Esse processo de crescimento desenfreado atenta contra a vida em todo o planeta, o decrescimento é a via para a transição quando se busca uma economia sustentável. É possível encontrar propostas para restringir a economia de forma amigável, evitando seu crescimento exacerbado e prejudicando o meio ambiente, ocorrendo a manutenção do capital natural do planeta. Para que essa receita tenha sucesso é preciso que os agentes que movem a economia adquiram a racionalidade ambiental, ou seja, uma forma de pensar que englobe o desenvolvimento sustentável e a manutenção da natureza (VEIGA, 2014).

Decrescer não se traduz somente em desacelerar, a abstinência e o controle de alguns consumidores não desativam a mania de crescimento instaurada na raiz da sociedade, ou seja, é preciso conscientizar a todos. A solução para o crescimento não é o decrescimento, e sim, a construção de uma economia nova e a transição para a racionalidade ambiental. A economia e o modo como os sujeitos da sociedade vivem está internamente em cada um. É preciso mudar essa concepção, de nada adianta lecionar sobre sustentabilidade se a sociedade não perceber que é preciso querer isso (LAYRARGUES, 1997).

A saída para uma vida mais sustentável é a educação ambiental. Inicialmente ela deve partir como implementação em um novo modo de vida que a sociedade se submeterá devido à necessidade de proteção ambiental. Como já exposto, o modelo atual em que a sociedade e o mercado se organizam deve ser repensado. Somente através da educação se modificará a maneira como todos vêm o meio ambiente. É preciso mudar o pensamento de adultos, que devem iniciar a mudança, e das crianças, que devem manter esse novo tipo

de interação da economia e do meio ambiente, transformando, assim, a vida em um modo mais sustentável de viver (CMMAD, 1991).

A educação ambiental deve partir da educação normal, que também precisa se recriar para formar uma cidadania planetária, capaz de conduzir o futuro da humanidade. Segundo Leff, é preciso transformar o processo educativo a partir dos princípios básicos da racionalidade ambiental, introduzindo esses princípios desde a infância, assim, não haverá problemas de insustentabilidade porque esse conceito estará intrínseco nas gerações. Dessa forma, será possível modificar a educação e o modelo econômico, conseguindo interromper a degradação do meio ambiente e criando um novo tipo de postura e sociedade.

A ECONOMIA COMO VILÃ DO MEIO AMBIENTE

A partir dos estudos relacionados ao meio ambiente, entende-se que a economia é o fator que mais explora negativamente esse sistema. Com base nesse modelo de mercado, a natureza é devastada em seu nível máximo para que gere recursos que resultem em evolução humana e capital monetário. Acontece que as tendências de desenvolvimento atual são totalmente predatórias para o meio ambiente, além do aumento populacional, da urbanização e da falta da educação ambiental, os governos e as empresas privadas dependem de um paradigma que utilizam recursos naturais sem que eles sejam restituídos, gerando assim, o déficit ambiental (CORTEZ, 2007).

Economistas afirmam que a globalização econômica é um fato irreversível, o que se pode fazer é tentar amenizar a situação atual, mas nunca voltaremos ao *status quo*. Ademais, a devastação ambiental não foi feita só por falhas e imperfeições do mercado, mas sim, construída a partir da ineficácia e corrupção dos Estados, que não souberam tutelar esse bem antes dele entrar em colapso (VEIGA, 2014). Um fato que não é pensado pelos economistas é que, em um pequeno período de tempo o mercado também vai entrar em crise uma vez que os recursos que são retirados da natureza vão acabar, e assim, nenhum desenvolvimento poderá ocorrer, a humanidade ficará estagnada e vivendo em ambiente inóspito.

A crise ambiental e seus aportes: da necessidade de sustentabilidade e do desenvolvimento consciente

A escassez foi um conceito fundamental da economia. Ela era uma escassez discreta e mascarada, com pequenos avanços ambientais, onde o progresso tecnológico também ajudava a neutralizá-la. Na crise ambiental atual, o princípio da escassez converteu-se em um problema global e as externalidades da economia enfrentam uma lei limite. A população é diretamente afetada pelas decisões que a economia toma, tanto em sua vida em sociedade, como no ambiente que é modificado para que as premissas estabelecidas pela lei do comércio alcancem o sucesso (MOTA, 2001).

A partir da mudança comportamental de uma sociedade que visa somente a prosperidade através da retirada de recursos da natureza, alcançou-se um novo patamar na evolução do homem, aquele que atinge o nível máximo da racionalidade, o *homo economicus*. Ele se caracteriza pelos desejos do homem atual, extorquindo tudo que pode do ambiente em que vive. O meio deve servir o homem, e não o contrário, seus desejos estão intimamente ligados ao mercado e ele não pensa nas consequências do consumo desenfreado (LAYRARGUES, 1997).

A imposição do mercado se tornou a única forma de vida, uma lei suprema. Nesse diapasão, é chamado de externalidades o conjunto de problemas que se mostram fora do alcance da compreensão da teoria do processo econômico, são todas as decisões que são tomadas e afetam diretamente quem não participou delas. Uma economia que usa a tudo e a todos vem conduzindo a humanidade para um caminho sem volta, com base nas decisões tomadas pelo mercado, a natureza será explorada, de forma que não possa se regenerar, tampouco serão tomadas medidas para tal (BROWN, 2013).

A consciência ecológica nasceu a partir das externalidades da economia, foi analisando esses processos que Leff (2013) leciona que devido ao consumo excessivo foi preciso mudar de hábitos e mudar o mercado. Para a economia, a natureza sempre foi vista como um reino de abundância, no momento em que isso passou a ser desconstruído os papéis se inverteram, não mais a natureza devia servir o homem, mas o homem deve tentar preservar o meio em que vive sem deixar que o mercado e as formas de desenvolvimento influenciem sua preservação.

A solução para criar a consciência ecológica é construir outra economia, uma vez que todas as ciências evoluem, é possível utilizar novos métodos para mudar o sistema econômico. O autor Enrique Leff (2013) propõe uma transição para a sustentabilidade

baseada no equilíbrio entre o meio ambiente, a produtividade e a organização econômica, compreendendo que a sustentabilidade se reverterá em vida humana visto que os indivíduos somente continuaram a viver nesse planeta com a ajuda do meio ambiente. Ademais, existem dois tipos de economias sustentáveis, a economia ambiental, que pretende modificar as formas como o mercado acontece e engloba os bens e serviços ambientais no conceito de capital natural, e a economia ecológica que serve para se ajustar as leis da termodinâmica e os ciclos ecológicos, abrindo-se para relações com outros sistemas.

Observa-se que atualmente a economia possui dificuldades em criar novas técnicas para o futuro, é importante criar um novo paradigma, onde uma economia global ecológica consiga criar outro meio de desenvolvimento, baseado em uma pluralidade de economias locais e sustentáveis. O que se percebe é que investir na natureza é perder o dinheiro que poderia ser investido em mais “desenvolvimento”. Ou seja, sem pensar no futuro, a indústria do desenvolvimento somente visa a evolução contemporânea, porém, os Estados ainda estarão aqui nos próximos trinta anos, resta saber se a natureza vai estar também e quais as condições de vida que vão ser proporcionadas para a sociedade sem esse bem essencial (CORTEZ, 2007).

Sabe-se que com o avanço da degradação do ambiente, muitos mitos vieram à tona, como por exemplo, o fato do homem ser tido como a figura mais importante do ecossistema, estando acima de todas as criaturas. A economia cresceu e tomou proporções desmedidas, os primeiros economistas a ver a relação da economia com a destruição da natureza criaram propostas de economia zero. O alerta acontece quando achamos que podemos, de uma hora pra outra, acabar com a economia e com tudo que fizemos e conhecemos até hoje e que vem destruindo a natureza, é preciso um passo de cada vez, a generalização torna-se tão destrutiva quanto a evolução da economia (MOTA, 2001).

A pulsão de ter, controlar e acumular, é reflexo de uma subjetividade que se constituiu a partir da estrutura econômica e da racionalidade moderna. Desconstruir a economia insustentável significa questionar o pensamento, a ciência, o próprio modo de agir da sociedade, não é possível manter uma economia em crescimento que se alimenta de uma natureza finita, a exemplo disso o uso do petróleo e do carvão que são transformados em combustível para a indústria e para os transportes, gerando o dióxido

de carbono, principal gás causador do efeito estufa e pelo aquecimento global (CORTEZ, 2007).

José Veiga (2014) coloca que desconstruir não se trata de parar a máquina capitalista, nem de ecologizar a economia, ou moderar o consumo, o que se deve fazer é desconstruir as razões que nos levam a maltratar o meio ambiente. Deve-se legitimar outros princípios, outros valores de potenciais econômicos, elaborar outros pensamentos estratégicos e programas políticos, para que então possamos dissipar a racionalidade econômica e criar a racionalidade ambiental, tornando natural as atitudes sustentáveis.

A desconstrução é um processo complexo, vale ressaltar que ela não funciona no método de sustentabilidade sozinha, é preciso desconstruir o modelo de mercado atual e reconstruir. Por muitas vezes Veiga (2014) explana de forma brilhante que o processo entrópico, no que tange a economia e o meio ambiente sustentável, origina-se da termodinâmica, medindo a desordem de um sistema, de forma análoga, a desordem do sistema capitalista reflete na destruição do meio ambiente.

A privatização é mencionada por Leff (2013), não como meio de proteção do meio ambiente, mas sim, como um meio de poder usufruir dele de forma “legal” uma vez que pertence a alguém. Bens e serviços que antes eram tidos como eternos estão sendo submetidos a estratégias de privatização e apropriação capitalista, como a água, florestas, biodiversidade, etc. A submissão da natureza livre em detrimento do modelo de mercado propicia que ela possa ser explorada de forma mascarada, com o instituto da privatização, utilizando-se de argumentos de proteção ambiental, muitas empresas e indústrias conseguem explorar o ambiente natural sem que realmente haja preocupação em sua manutenção.

A supereconomização também coloca a água em perigo, o uso irracional e o desperdício desse elemento o levaram a escassez. Hoje, a poluição e a falta de água também são problemas significativos, tal qual o aquecimento global. Estima-se que atualmente quarenta por cento da população mundial têm problemas com a falta de água³, mesmo que esse recurso seja um dos mais abundantes do planeta. É quase que um clichê mencionar que a água é fonte de vida, e que está presente em tudo que vemos, mais do

³ Planeta Sustentável <http://planetasustentavel.abril.com.br/noticia/ambiente/populacao-falta-agua-recursos-hidricos-graves-problemas-economicos-politicos-723513.shtml> (Acesso em 27/05/2016).

que isso, a água pode ser considerada um direito humano, possuir água para a vivência é exercer seu papel como ser humano, que necessita de recursos para tornar a vida viável (ANGELO, 2014).

Além de problemas com a produção de alimentos, visto que todos os alimentos necessitam de água para seu desenvolvimento, a água faz falta no momento em que o saneamento básico é esquecido. Pessoas vivendo sob condições inóspitas, sem o mínimo de cuidados básicos e acarretando doenças por falta desse elemento já são realidade mundial. A falta da água é notada no momento em que não podemos mais agir, deve-se utilizar de medidas protetivas e não suplementares no que tange os elementos da natureza. Novamente, vê-se que a preservação do ambiente é imprescindível para que não ocorram irregularidades com a vida humana em prol do desenvolvimento (CORTEZ, 2007).

O consumo da água duplica a cada vinte anos, ou seja, quanto mais o mundo é governado pela economia, mais água se gasta, isso porque a globalização destrói o sistema de regeneração da natureza. A crise da água é real e estima-se que 1,3 bilhão de pessoas no mundo não tem acesso a água e que 2,5 bilhões não possuem sistema de saneamento básico, atualmente, trinta e um países sofrem de escassez de água, sendo assim, o mundo se divide em regiões ricas e pobres. Vale ressaltar que um dos objetivos de desenvolvimento do milênio é reduzir pela metade o número de pessoas que não possuem água potável e de qualidade, fato esse que não se concretizará se o meio ambiente também não virar prioridade (MOTA, 2001).

Nesse sentido, foram criados debates como o Centro de Saberes e Cuidados Socioambientais da Bacia do Prata⁴, um projeto que conjuga ações governamentais integrando Brasil, Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai, gerando cinco eixos. A água como tema gerador e articulador, que trata da importância da água como elemento vital para a humanidade e para a sustentabilidade, sendo a crise da água uma crise de vida da diversidade biológica e das condições de existência humana no planeta; a bacia como território operacional no que tange as bacias hidrográficas, visto que elas ligam territórios, agregam culturas que se misturam e a vida próxima a esses locais depende das águas (CORTEZ, 2007).

⁴ Cultivando Água Boa <http://www.cultivandoaguaboa.com.br/o-programa/centro-de-saberes-e-cuidados-socioambientais-da-bacia-do-prata> (Acesso em 27/05/2016).

A crise ambiental e seus aportes: da necessidade de sustentabilidade e do desenvolvimento consciente

O pensamento ambiental como quadro conceitual da ação também é um eixo, esse novo pensamento é a porta para a sustentabilidade, o saber ambiental esta nascendo na gestão pública, em projetos comunitários, programas educativos e na forma de ensino. O pensamento atual deve ser modificado para que exista a sustentabilidade, é preciso proporcionar o conhecimento e colocar em prática ações não só para as gerações atuais como para as futuras. A educação ambiental como mobilizador social discorre sobre o manejo do meio ambiente, saber lidar com a natureza e decidir o que fazer com ela não cabe somente ao governo, mas sim a toda sociedade, para isso é preciso explanar sobre a educação ambiental globalizada, para que seja possível gerar uma consciência ambiental intrínseca no ser humano (GRANZIERA, 2015).

Quando se trata da construção coletiva de conhecimentos, ação e organização, novamente o tema da racionalidade ambiental vem à tona, esse eixo completa os demais, visto que com conhecimento, ações e organizações com diferentes culturas e diálogos entre países será possível gerar a racionalidade ambiental, a partir da construção coletiva. O tema das mudanças climáticas teve que chegar até convenções e fóruns globais para que o planeta percebesse que isso realmente existia, no fim da década de 1960 houve pela primeira vez uma tomada de consciência ambiental, daí pra cá, não mudou muita coisa, mas o início da discussão é necessário para que se começasse a pensar nos prejuízos que a humanidade vem causando ao meio ambiente (GRANZIERA, 2015).

A educação ambiental é o meio pelo qual a geração atual e as futuras irão poder cuidar do meio ambiente, para isso, ainda é preciso salvar o que resta da natureza. A educação ambiental baseia-se na formação de conhecimentos, construção de valores sociais e atitudes que realmente façam diferença na luta pela degradação do meio ambiente. É imperioso lembrar que o meio ambiente é um bem de uso comum do povo, sendo assim, cuidar de tal meio é vital para a manutenção da vida na Terra. Entende-se que a educação ambiental é um aprendizado como qualquer outro, tal processo deve ser preconizado na sociedade por meio da escola, da comunidade e dos meios de comunicação (BROWN, 2013).

Por muito tempo desmatamentos, incêndios florestais e a poluição atmosférica foram tidos como desastres naturais, hoje em dia, os resultados dos processos de

industrialização foram relatados a sociedade e por meio de “Uma Verdade Inconveniente”⁵ tomamos consciência de que realmente é necessário a mudança, após mais ou menos cinquenta anos do primeiro surto de destruição ambiental. Aos poucos, governantes pedem auxílio na corrida contra o tempo para implementar uma vida sustentável ao povo, nesse sentido, percebe-se que a concepção atual está mudando aos poucos, já existe quem esteja preocupado com a situação em que o meio ambiente se encontra e disposto a fazer algo para mudar (BROWN, 2013).

O fato que se deve enfrentar é que a crise ecológica é um risco para a população e gera pobreza, para isso, nada mais correto que investir em educação ambiental. Apesar de buscar o desenvolvimento, somente quem já encontra-se em estado de desenvolvimento avançado é que continua a crescer, as populações carentes e que necessitam de ajuda mundial não recebem auxílio, e assim, continuam a margem da evolução mundial. A educação ambiental é importante para que se evite que o meio ambiente seja destruído ainda mais, é primordial que esse nível de destruição não seja ultrapassado, mas sim, minimizado (GRANZIERA, 2015).

Sendo assim, não é possível universalizar a luta pela sustentabilidade, é preciso que cada País, cada Estado, cada Cidade atue no que considera essencial para a localidade, visando à regeneração ambiental. Ainda, mais do que a programas governamentais, a sociedade deve ser educada de forma que o problema da insustentabilidade tenha fim, e que no futuro as gerações seguintes não convivam com o meio ambiente danificado como temos vivido. Para isso se concretizar é preciso buscar outros resultados com ações econômicas e sociais que não seja apenas o desenvolvimento, visto que, na atualidade ele é o único resultado que importa e deve ser atingido (BROWN, 2013).

Portanto, mais do que mudar a economia e o meio como a gerimos, é preciso educar a população mundial, mudar a consciência que está intrínseca na sociedade, deixar parcialmente de lado os fins econômicos e focar no meio ambiente como bem maior, uma vez que a economia também não teria sucesso se a natureza se extinguisse. Ou seja, para que haja desenvolvimento é preciso cuidar do meio ambiente que provém os recursos para

⁵ *An Inconvenient Truth*, ou Uma Verdade Inconveniente traduzido em língua portuguesa, é um documentário norte-americano dirigido por Davis Guggenheim sobre a campanha do ex-Vice-presidente dos Estados Unidos Al Gore para educar os cidadãos sobre o aquecimento global e sobre o meio ambiente, produzido no ano de 2006.

essa evolução, mesmo que não seja fácil mudar todo o conceito econômico, não será mais viável utilizar-se da natureza sem uma postura conservacionista.

CONCLUSÃO

Por muito tempo se utilizou do meio ambiente sem que se tivesse nenhum pudor, na contemporaneidade, a crise ambiental produz não só resultados negativos do avanço econômico, como também, uma piora na qualidade de vida da sociedade. Visando o desenvolvimento, a governança nunca se preocupou em perpetuar o meio ambiente, a natureza foi escravizada durante décadas em prol da evolução humana, o fato que vem preocupando a sociedade é que o meio e seus recursos são finitos, ou seja, é imprescindível que seja criado um novo modelo econômico que gire a roda capitalista sem dizimar a população mundial e o que resta da natureza.

A partir de muitos números, estudos e comprovações, a humanidade percebeu que a devastação da natureza era real, e que isso acarretou uma mudança climática severa. Além do descuido para com o meio ambiente, a economia possui um papel de relevância nessa temática, o modelo econômico atual que visa o desenvolvimento a partir dos recursos mundiais resultou na dizimação do meio ambiente. Sendo impossível retornar ao status de devastação zero, é imperioso que a mudança ocorra, e a forma como tratamos o meio ambiente se modifique para salvar o que resta da flora.

Assim, a crise ambiental é consequência dos próprios resultados das ações predatórias da humanidade, uma aliada da predação do homem é a falta de informação, sem ela os indivíduos entendem como a busca pelo crescimento como certa e sem consequências prejudiciais a saúde da nação. A mudança comportamental deve começar pela instrução, a educação ambiental é preceito fundamental para modificar o status em que a sociedade se encontra. O homem precisa se conscientizar de que é um cidadão do mundo, suas ações refletem em todos os países e mais do que isso, as próximas gerações merecem a chance de viver em um mundo com um meio ambiente saudável,

A partir da análise do tema, conclui-se que para alcançar o paradigma da sustentabilidade é preciso duas coisas: modificar o modelo econômico atual e partir para a

educação ambiental como forma de solução dos problemas futuros e preservação da natureza na atualidade. Atuando nesses dois vieses e remodelando o mundo a partir de localidades é que se poderá alcançar uma vida mais sustentável, para quem sabe, no futuro, a humanidade alcance o ecodesenvolvimento e consiga viver em harmonia com o meio ambiente.

REFERENCIAS

ANGELO, Claudio. **O Aquecimento Global** – Série Folha Explica. Editora: Publifolha, São Paulo, SP. 2008.

BROWN, L. R. **Eco-Economia: construindo uma economia para a terra**. Editora UMA. Salvador, Bahia. 2013

CMMAD (COMISSAO MUNDIAL PARA O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO). **Nosso Futuro Comum**. Editora FGV. Rio de Janeiro, RJ. 1991.

CORTEZ, A. T. C.; ORTIGOZA, S. A. G. (Orgs). **Consumo Sustentável: conflitos entre necessidade e desperdício**. São Paulo: Unesp, 2007.

GRANZIERA; Maria Luiza Machado; REI, Fernando (Org.). **Direito Ambiental Internacional: Avanços e Retrocessos: 40 anos de Conferências das Nações Unidas**. Editora Atlas. São Paulo, SP. 2015.

LAYRARGUES. P. P. **Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: Evolução de um conceito?** Editora Proposta. Rio de Janeiro, RJ. 1997.

LEFF, Enrique. **Discursos Sustentáveis**. Cortez Editora. São Paulo, SP. 2013.

MILARÉ, Edis. **Direito do Ambiente**. 8. ed. Editora Revista dos Tribunais. São Paulo, SP. 2014.

A crise ambiental e seus aportes: da necessidade de sustentabilidade e do desenvolvimento consciente

MOTA, J.A. O valor da Natureza: economia e política dos recursos naturais. Rio de Janeiro. Garamond. 2001.

VEIGA, José Eli da. **A Desgovernança Mundial da Sustentabilidade**. Editora 34, São Paulo, SP. 2014.